

Estranhos no ninho? Perfil e carreira de titulares e suplentes no Senado Federal

DOI 10.1590/1678-98732432e011

Nilton Sainz^I  ,
Icaro Engler^{II}  

^IPrograma de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

^{II}Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Palavras-chave: senadores, suplentes, capital político, capital econômico, Legislativo.

RESUMO **Introdução:** A escolha de candidatos a suplentes de senador no Brasil é bastante controversa. Conforme a percepção comum, o processo pouco transparente de formação das chapas e as profundas diferenças de perfis sociais e políticos entre titulares e suplentes podem causar graves distorções na representação política a partir do mecanismo de substituição. O objetivo deste artigo é analisar as diferenças de trunfos sociais e capitais políticos e econômicos entre aqueles que compõem as chapas senatoriais. **Materiais e métodos:** Investigamos os 162 senadores e suplentes de senador eleitos em 2018 no Brasil. A partir das informações registradas no Tribunal Superior Eleitoral, elaboramos um banco de dados sobre os perfis e os recursos sociais e políticos dos 54 senadores e dos primeiros e segundos suplentes (108 indivíduos). Para o tratamento dos dados, utilizamos a Análise de Correspondência e testes de hipótese para diferenças de média. **Resultados:** Senadores possuem reconhecimento tanto político (capital político) quanto econômico (capital econômico). Já os primeiros suplentes são empresários, indivíduos com laços familiares com políticos e burocratas do Estado. Na segunda suplência há maior distinção entre os perfis sóciopolíticos, com indivíduos ligados à militância partidária ou a movimentos sociais, mas também há um contingente elevado de anônimos na política. **Discussão:** Ao identificar essas combinações, o artigo vai de encontro com algumas noções estabelecidas na literatura e na opinião pública sobre os perfis dos suplentes de senador no Brasil. As evidências contrariam a ideia de que os suplentes são atores políticos com características completamente diferentes dos titulares. Demonstramos também que há similaridades importantes em relação ao patrimônio declarado de senadores e primeiros suplentes, tendo ambos um grande capital econômico. Já em termos de capital político, os segundos suplentes detêm bem menos recursos em relação aos primeiros suplentes, e estes menos recursos em relação aos senadores titulares.

Recebido em 17 de Janeiro de 2023. Aprovado em 1 de Abril de 2024. Aceito em 23 de Maio de 2024.

I. Introdução¹

¹ Nosso agradecimento aos pareceristas anônimos da Revista de Sociologia e Política por suas sugestões e críticas construtivas à pesquisa.

A assumir a titularidade de uma cadeira no Senado é mais comum que na Câmara dos Deputados (Araújo, 2018, p. 116). Em 2022, por exemplo, a suplência chegou a 20% do Senado Federal (Suplentes já são 20%, 2022). As notícias que frequentemente permeiam o cargo apontam para as polêmicas formações das chapas que disputam os pleitos, com indícios de serem compostas por financiadores de campanha, familiares de titulares e alianças eleitorais questionáveis (Políticos levam irmãos, 2018; Irmãos, pastores e militares, 2022). Desapercebidos e alheios ao foco principal do eleitor na hora de decidir o voto ao Senado Federal, suplentes de senadores são reconhecidos pela possibilidade de ocupar uma cadeira na Câmara Alta “sem obter o voto” ou a atenção do eleitor.

Este mecanismo de substituição em caso de falecimento, renúncia ou perda de mandato dos senadores é considerado polêmico, uma vez que pode proporcionar a indivíduos alheios ao conhecimento do eleitor alcançar a posição de titular do cargo. Diferente de outros modelos internacionais, como o norte-americano ou o francês, onde a figura do suplente inexistente, o sistema brasileiro é reconhecido por facilitar a conveniência política, principalmente em casos

Sumário executivo

Contexto da pesquisa

O dispositivo legal de substituição de senadores por suplentes antes do fim do mandato é alvo de inúmeras críticas da opinião pública brasileira. Conforme a visão mais comum, suplentes de senadores costumam apresentar um perfil bem distinto dos titulares: os primeiros seriam detentores de maior capital econômico e menor experiência política quando comparados com esses últimos. Essa seria mais uma evidência da disfunção da capacidade representativa do Congresso Nacional brasileiro.

Evidências anteriores ao estudo

Duas teses merecem destaque dentre os poucos estudos disponíveis até aqui sobre suplentes de senadores. [Neiva e Izumi \(2012\)](#) demonstram que há diferença de experiência política entre titulares e suplentes, além da maior presença de empresários entre os suplentes. Essas dessemelhanças são prejudiciais para a representação política, uma vez que os suplentes não são eleitos diretamente e não possuiriam a mesma responsividade diante dos eleitores. Já na concepção de [Dantas e Teixeira \(2014\)](#), anomalias na representação política não são exclusividade da suplência do Senado Federal, uma vez que para outros cargos, como os substitutos eventuais (os vices, por exemplo), também podem ser eleitos candidatos com perfil bastante distinto dos titulares. Além disso, [Dantas e Teixeira \(2014\)](#) constataam que o impacto no comportamento legislativo das substituições dos senadores pelos seus suplentes é mínimo, uma vez que os suplentes apresentam um padrão de votação bastante semelhante ao dos titulares, ou seja, também seguem a orientação dos respectivos partidos políticos aos quais são filiados.

Valor agregado deste estudo

Este estudo investigou os senadores, os primeiros e os segundos suplentes eleitos em 2018 e a relação entre, de um lado, recursos ou capitais (que chamamos no artigo de “trunfos sociais”) detidos por esses agentes e, de outro, as posições que eles ocupam nas chapas senatoriais. A pesquisa mostra que há distinção entre os trunfos sociais de senadores e suplentes, indicando haver uma série de combinações possíveis entre atributos políticos, sociais e econômicos nas chapas senatoriais.

Enquanto 83% dos senadores titulares possuem capital político-eleitoral ou combinam capital eletivo e capital econômico (empresarial), apenas 46% dos primeiros suplentes possuem esses mesmos atributos. Na realidade, há, entre os primeiros suplentes, uma variedade maior de capitais, tais como empresariais, familiares e também “estatais” (derivados dos cargos públicos que ocupam). Na segunda suplência há pessoas de perfis bem distintos dos demais: somente 29% deles possuem capital político-eleitoral. Neste grupo há 11% de pessoas completamente anônimas, isto é, indivíduos sem qualquer trajetória sociopolítica atrelada aos capitais analisados, o que sugere que essas escolhas possam ser fortuitas ou contingentes.

Implicações analíticas e práticas das evidências encontradas

A identificação das diferenças de experiência política entre senadores e suplentes vai ao encontro dos achados publicados na literatura. Há uma gradação em termos de capital político conforme a posição ocupada na chapa (quanto mais alta a posição, maiores os trunfos eleitorais e o capital político detidos pelos agentes). Esse cenário permite considerar os suplentes de senador como “os sem voto do Legislativo brasileiro”, pois são desconhecidos por grande parte do eleitorado, o que abre margem a críticas. Essas críticas impulsionam o debate sobre uma reforma política que altere o mecanismo de substituição dos senadores em casos de vacâncias. Foram identificados patrimônios econômicos bastante semelhantes entre senadores e primeiros suplentes. Este achado se opõe à grande parte das suposições que circulam na opinião pública sobre a configuração econômica dos atores que compõem as chapas senatoriais. Essas conclusões deverão ser ponderadas nas discussões futuras sobre eventuais mudanças no instituto da suplência senatorial e seu mecanismo de substituição a fim de evitar que indivíduos desconhecidos do eleitor acessem ao cargo de Senador através desse mecanismo.

em que o titular renuncia após ser eleito ou nomeado para outros cargos (Santos, 2010). O resultado disso é um ruído em termos de representação do eleitor e uma instabilidade no que se refere ao comportamento legislativo daquele que assume o mandato.

Na Ciência Política brasileira, duas teses podem ser destacadas sobre esses atores e as posições que ocupam. A primeira é de Neiva & Izumi (2012), que caracterizaram os suplentes de senadores como “*Os sem-voto do Legislativo brasileiro*”. O argumento dos autores é que a suplência é uma anomalia em nosso sistema político. Inicialmente, por conta da frequência em que são elevados a posição de senador, sendo esses substitutos figuras que usufruem de ausência de responsividade e responsabilidades com o voto do eleitor (Neiva & Izumi, 2012; Neiva, 2015). Outro ponto é em relação ao distinto perfil sociopolítico de quem é escolhido à suplência, onde predomina empresários, com patrimônio médio acima dos titulares e baixa experiência em cargos políticos (Neiva & Izumi, 2012, p. 8-11).

A segunda é de Dantas & Teixeira (2014), que apresentam uma crítica ao argumento anterior, onde não relativizam o distúrbio representativo causado pela suplência e as polêmicas que a permeiam, mas ao observar que não se trata de um fenômeno isolado no sistema político brasileiro (Dantas & Teixeira, 2014, p. 207). Os autores refletem que perfis distintos na composição de chapas ao Senado Federal não são anormalidades em termos de viabilidade eleitoral e estratégia para alcançar diferentes segmentos da sociedade. Além disso, é baixo o impacto causado pelos suplentes quando o assunto são os padrões de votações, que em suma, são muito semelhantes àqueles consolidados pelos partidos e titulares do cargo analisados por eles (Dantas & Teixeira, 2014, p. 216).

A publicação mais recente sobre o tema (Araújo, 2018) compara perfis de suplentes na Câmara e no Senado Federal. As evidências desse autor vão ao encontro do evidenciado por Neiva & Izumi (2012), na qual há predominância de empresários e baixa experiência em cargos eletivos por parte dos suplentes de senador (Araújo, 2018, p. 120-125), o que difere da relação entre titulares e suplentes na Câmara dos Deputados, onde são verificados perfis similares. O estudo aponta diferenças entre os sistemas eleitorais aplicados em cada cargo², o que fortalece a ideia de arranjos estratégicos nas seleções de suplentes em chapa senatoriais.

Diante do fenômeno posto no sistema político brasileiro, e que foi discutido de maneira incauta por especialistas da área, este artigo tem o objetivo de analisar a composição sociopolítica das chapas eleitas ao Senado Federal em 2018, quando foram renovados 2/3 da Câmara Alta. Para tal, examinamos os capitais políticos e sociais, enquanto *trunfos*, que estão presentes nas trajetórias dos eleitos para os cargos de senador, 1º suplente e 2º suplente. Respondemos com isso, quais são os principais trunfos disponíveis para estes políticos, que estão relacionados com as posições ocupadas nas chapas senatoriais e se há a preponderância de capital político ou econômico conforme o cargo estabelecido no arranjo das chapas.

Para tratar da importância, determinantes de votação e perfil da elite política ao longo da história do Senado Federal, uma extensa literatura foi publicada no campo da Ciência Política e Sociologia Política (ver Neiva, 2010; Costa, 2010; Neiva & Izumi, 2012; Neiva & Soares, 2013; Costa & Codato, 2013; Izumi, 2013; Neiva & Izumi, 2014; Codato et al., 2016; Perissinotto et al., 2017; Massimo, 2018). Em nosso estudo, interessa as evidências empíricas debruçadas sobre o perfil social e político da elite senatorial.

² Na Câmara dos Deputados, os representantes são eleitos por meio de eleições proporcionais. No Senado Federal, são eleitos por vias de eleição majoritária de turno único.

³ Diplomas em Direito e Medicina.

Historicamente o Senado Federal é um espaço ocupado pelo perfil mais tradicional de elite parlamentar brasileira. Em absoluta maioria estiveram frente ao cargo homens (Costa, 2010, p. 42), com idade média de 54 anos (Neiva, 2010, p. 274; Codato et al., 2016, p. 55), formações acadêmicas tradicionais³ em períodos como Primeira República, Ditadura Populista e Ditadura Militar (Codato et al., 2016, p. 54; Massimo, 2018, p. 41) e uma ampliação para formações em engenharias, humanidades e economia pós Constituição de 1988 (Costa & Codato, 2013a, p. 119; Codato et al., 2016, p. 54). Ocupações profissionais nas áreas empresariais (urbanas e rurais) e jurídicas predominaram no passado (Neiva & Izumi, 2014, p. 168; Codato et al., 2016, p. 54; Massimo, 2018, p. 34), e no período recente houve expansão para profissionais liberais e políticos profissionais (Codato et al., 2016, p. 53).

No que se refere a carreira política, durante a Primeira República são identificadas trajetórias políticas consistentes em tempo de carreira política e número de cargos exercidos, além de baixas porcentagens de chegada ao posto sem carreira prévia (Perissinotto et al., 2017, p. 93; Massimo, 2018, p. 71-74). Conforme relatado por Codato et al. (2016, p. 57-58), nos períodos subsequentes permanece a instituição como palco de personagens experimentados na política e com trajetórias superiores a 16 anos de carreira antes da chegada ao Senado. Estudos pós-redemocratização indicaram uma ampliação no tempo médio de carreiras políticas dos senadores brasileiros (Costa & Codato, 2013, p. 122).

Com a inexistência de estudos minuciosos sobre a suplência de senador no Brasil, o propósito deste artigo foi aprofundar a investigação sobre este objeto e avançar na compreensão da composição das chapas eleitas ao Senado Federal. Para tal, utilizamos o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os resultados das eleições gerais de 2018, onde foram eleitos 162 representantes, entre senadores, 1º e 2º suplentes.⁴ A partir das informações pessoais das candidaturas, elaboramos uma prosopografia desses indivíduos, com o objetivo de identificar e coletar os trunfos sociais possíveis de serem mobilizados e acionados para serem reconhecidos no campo político.

⁴ Diferente da Câmara dos Deputados, o Senado Federal brasileiro elege alternadamente 2/3 e 1/3 dos seus membros para mandatos com 8 anos de duração. No total, a casa legislativa é composta por 81 senadores, sendo 3 representantes por estado do país.

Essas questões e problemas têm como ponto de partida a mobilização do referencial da sociologia política francesa, a partir de Pierre Bourdieu, cuja principal contribuição teórico-metodológica é não tomar o campo político como um espaço autônomo, ou seja, operando em um vácuo social, sendo necessário apreender os demais recursos sociais disponíveis por estes casos, além dos recursos políticos. Aceitando, também, a possibilidade de combinação entre diferentes recursos, ou seja, a entrada na política não significa o abandono total das posições ocupadas anteriormente, da mesma forma que a atividade política também pode gerar novas posições sociais.

A partir dessa introdução que apresenta e contextualiza a problemática da pesquisa, o artigo está estruturado em outras quatro partes. A segunda seção explica o conceito de campo e capital político, elementos centrais na análise, bem como a mobilização de recursos como *trunfos*, que são acumulados em diferentes posições ocupadas pela classe política. Na terceira, explicamos as fontes, tratamentos de dados, variáveis da pesquisa e modelo de análise. Na quarta seção, analisamos e discutimos os resultados da investigação em três passos. Primeiro apresentamos a descrição dos trunfos sociais alocados nos cargos. Segundo, trabalhamos com a análise de correspondência, onde exploramos as relações entre os trunfos sociais e as posições ocupadas nas chapas senatoriais. No último passo, testamos as hipóteses referentes aos controles de capital político e econômico por senadores e suplentes. Na última seção, trouxemos as considerações finais, com as reflexões dos resultados, discussão

teórica sobre a suplência de senador no Brasil e os limites da pesquisa e potencialidades futuras.

II. Fundamentação teórica

Na primeira linha do capítulo VII, intitulado “A representação política, elementos para uma teoria do campo político”, presente no livro “O Poder Simbólico”, Pierre Bourdieu faz uma provocação central sobre o silêncio da Ciência Política em não abordar as condições econômicas e sociais que separa os representantes políticos dos demais cidadãos. O autor nos convoca a refletir sobre a divisão do trabalho político e seus mecanismos de produção e reprodução, ou seja, procurar compreender quais são os elementos que fazem os eleitos serem eleitos.

Para cumprir com esse objetivo analítico, Bourdieu vai lançar mão de dois conceitos centrais de sua abordagem sociológica, *campo* e *capital*, direcionados para a análise da política, sendo assim tomando como categoria analítica o “*campo político*” e o “*capital político*” dos indivíduos.

O campo político pode ser entendido como “o lugar de uma concorrência pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (Bourdieu, 2010, p. 185), ou ainda: “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (Bourdieu, 2010, p. 164). Nas duas definições está presente a noção de política enquanto uma “concorrência”, um campo de disputas entre agentes, buscando aumentar o seu poder, ou, nas palavras de Bourdieu, seu capital.

O capital político é uma espécie de poder simbólico, que ancora sua força no reconhecimento e na sua crença enquanto tal. Assim, existe a necessidade de que os eleitores reconheçam as competências dos políticos enquanto atributos valorizados, da mesma forma que seus pares, os demais membros da política, também tenham esse reconhecimento. Essa forma de pensar o capital político, nos ajuda a explicar a valorização e desvalorização de certos atributos em diferentes momentos históricos, como a “arte da fala”, tão valorizada antigamente, hoje dando lugar a uma valorização mais prática, no sentido de gestão (*manager*) pública (Bourdieu, 2010).

De acordo com Bourdieu (2010), existem duas formas principais e opostas de capital político, a primeira ligada à notoriedade pessoal e a segunda sendo delegado pelo partido. O capital político pessoal, passa por ser conhecido e reconhecido, ou seja, de se ter um “nome” uma “reputação”, que geralmente é fruto de outras atividades desempenhadas ao longo de uma trajetória, principalmente profissionais, ou familiares. Esse acúmulo de notoriedade e popularidade é um processo lento e contínuo, sendo realizado ao longo da vida, sem cessar. Já o capital político delegado é fruto de uma transferência provisória e limitada, isto é, que está relacionada com uma instituição (partido) que cede o seu prestígio para um indivíduo através da ocupação de um posto ou cargo.

Na verdade, esses dois processos ocorrem de forma simultânea na luta política, não sendo necessariamente excludentes, pois há ganhos de notoriedade pessoal ao se ocupar um cargo político, da mesma forma que a ocupação de determinadas posições partidárias são condicionadas por reconhecimentos pessoais. Temos assim uma retroalimentação desses capitais políticos, onde o

principal ponto é o acúmulo ao longo das trajetórias sociais e carreiras desempenhadas, na busca por melhores postos.

No Brasil, temos presente a valorização do capital político de notoriedade, ou seja, atributos e recursos sociais que são personalizados pelos indivíduos que se lançam na política e valorizados em nome da pessoa. Sendo assim, é rotineiro a coleta de informações sobre este grupo que contemplem variáveis sociodemográficas como gênero, idade, local de nascimento, profissão, escolaridade etc.

Esses dados devem ser tratados como indicadores objetivos de recursos que podem ser mobilizados enquanto *trunfos sociais*, auxiliando na compreensão dos tipos de entrada e sucesso no meio político, e não apenas como uma forma descritiva de perfil. Ao se atribuir um peso aos recursos sociais, não se está caindo em “sociologismo” ou em “desautonomização” do espaço político, apenas se considera que atores políticos possuem *social backgrounds*, ou seja, atributos adquiridos anteriormente a sua atividade política (Offerlé, 1999).

Inclusive, é marcante em pesquisas sobre “Elites Políticas”, atribuir importância à “última profissão antes da entrada na política” e as possíveis relações com a própria “profissionalização política”. Essa questão é a principal linha condutora do livro organizado por Offerlé (2002), colocando algumas questões gerais para o debate, como: i) os usos políticos das competências profissionais; ii) os usos sociais das funções políticas; e iii) os processos de legitimação e deslegitimação do pessoal político (Offerlé, 2002).

Da mesma forma que, uma vez dentro da política, também é necessária à coleta de dados específicos dessa atividade, como cargos já ocupados, partidos filiados, duração de mandatos, ou seja, dados que vão objetivar a carreira política desempenhada, apontando para processos de profissionalização, tendo relação direta com custos de entrada, regras e dinâmicas internas desse espaço e nas próprias lógicas de competição no mercado eleitoral e arena decisória (Offerlé, 1999).

Recursos sociais e políticos vão sendo acumulados por atores políticos, podendo ser acionados como *trunfos*, em momentos certos, para obtenção de benefícios perante os demais jogadores que também estão no jogo. A analogia com o jogo de cartas está presente na explicação de Bourdieu (1989), quando o autor coloca que “Nestes diferentes espaços de jogo se engendra e se realizam espécies de capital funcionando às vezes como trunfos e apostas (*atouts et enjeux*) característicos de cada um deles” (Bourdieu, 1989, p. 376). Assim, o *trunfo* é visto como uma espécie de atributo/recurso/capital que nem todos detêm e, uma vez colocado “em jogo”, visa um benefício para o seu portador.

No Brasil, a apresentação política obedece a diversos princípios, por exemplo, no alto patrimônio econômico ou na apresentação como “empresário”, o que corresponde a dimensão simbólica de “sucesso pessoal”, que não se restringe ao espaço econômico, tendo um peso social e podendo ser colocada como um trunfo político. Cargos políticos também servem como trunfos sociais de notoriedade e consagração social. A partir do espaço político é possível acessar diversas redes de relações pessoais e com isso posições em outros espaços sociais. A entrada na política é considerada uma estratégia de reprodução social na manutenção ou aumento da posição global (Badie & Hermet, 2001, p. 177-179).

O pertencimento a uma família renomada, deter algum prestígio social, ter sucesso em cargos eletivos ou estatais, desempenhar atividades econômicas empresariais etc. Todos esses recursos adquiridos ao longo das trajetórias

podem ser acionados como *trunfos* em momentos chave no objetivo de se obter um diferencial dos demais. Nada impede de acumular diferentes trunfos sociais e políticos simultaneamente, reflexo de trajetórias e ocupação de posições em campos e espaços diversos.

Partindo da realidade brasileira, não se tem uma diferenciação significativa entre espaços sociais, quer dizer, em um sentido prático, ocupar um cargo político não exige um abandono total da posição social anterior. [Saint-Martin \(2008\)](#) coloca que o volume dos recursos sociais não é o mais importante, mas sim a diversidade deles, apontando para alguns estudos na França que encontraram verdadeiras dinastias empresariais, caracterizadas por um acúmulo de diferentes tipos de capitais, como: cultural, escolar, social e econômico ([Saint-Martin, 2008](#)).

É neste sentido que uma das preocupações do trabalho acaba sendo as diferentes posições ocupadas, podendo ser consideradas, inclusive, de forma simultânea. Assim a multiplicidade de posições que um agente pode ocupar é um importante indicador de poder geral dentro do espaço social, combinando a concentração de volume com a diversificação da estrutura dos recursos ([Boltanski, 1873](#)).

Considerar a possibilidade da *multiposicionalidade* dos atores políticos é um ponto de saída importante para a análise, pois aceita que alguns *trunfos* podem ser acionados de forma simultânea e combinada, não sendo necessária uma escolha arbitrária do pesquisador em selecionar apenas um deles. Isso amplia a compreensão da própria caracterização e construção do perfil dos atores políticos, constantemente analisados apenas pelo seu capital político, em detrimento desses outros recursos sociais, que jamais são abandonados, e possuem relação com os postos políticos e sucessos eleitorais.

Dentro desse quadro teórico e dialogando com pesquisas anteriores, a hipótese central (*h1*) deste trabalho coloca que *há diferença de trunfos sociais utilizados a depender da posição na chapa senatorial*. Ao verificarmos essa formulação central, desdobramos uma hipótese secundária (*h2*), de que *as relações entre trunfos sociais e posições no Senado Federal demonstram multiposicionalidades quanto aos recursos sociais desses atores*.

III. Materiais e métodos

Os casos selecionados para este estudo são resultantes das eleições gerais de 2018, quando foram renovados 2/3 do Senado Federal, correspondente a 54 senadores do total de 81 que compõem a casa legislativa. Para consolidar o universo desta pesquisa, o número de atores investigados abrange além dos senadores eleitos, incluindo os 1º e 2º suplentes das chapas senatoriais, conforme exhibe a [Tabela 1](#).

Tabela 1 - Número de casos do estudo por posição na chapa senatorial

Posição na chapa	Número de casos analisados
Senador	54
1º Suplente	54
2º Suplente	54
Total	162

Fonte: elaborado pelos autores com base em TSE, 2018.

A coleta primária de dados ocorreu no repositório de dados eleitorais do TSE, onde há informações sobre as candidaturas registradas. No [Quadro 1](#), reunimos as variáveis mobilizadas para a investigação. Em seguida, explicamos em detalhes as fontes dos dados e o desenvolvimento das variáveis e categorias de análise.

A variável *Posição na chapa senatorial* é desenvolvida a partir do banco de dados do TSE conforme o cargo que cada indivíduo ocupou nas chapas eleitas ao Senado Federal em 2018. A variável *Capital político* foi construída a partir das trajetórias eletivas dos indivíduos analisados. O capital político de senadores e suplentes foi mensurado através dos cargos acumulados em suas carreiras. Para a coleta desses dados, foram utilizadas as informações pessoais das candidaturas disponibilizadas pelo TSE. A variável *capital econômico* foi medida através do patrimônio declarado pelas candidaturas à Justiça Eleitoral⁵.

⁵ Apesar de ser uma variável controversa, onde podem ocorrer omissões por parte dos candidatos, ainda assim é a fonte mais eficiente para esse mapeamento.

A variável *trunfos sociais* merece uma atenção especial. Ela é elaborada através das categorias que classificam os indivíduos conforme os recursos sociais que preponderam em suas trajetórias, ou seja, foram classificados a partir de uma única característica que destaca essas pessoas no campo político. Além do TSE, essas informações foram levantadas através de uma pluralidade de fontes, como portais de notícias, sites de empresas, entrevistas e blogs que reportem o status dos indivíduos analisados, com o intuito de encontrar indícios objetivos dos auto posicionamentos. Casos em que não foram possíveis identificar evidências suficientemente robustas sobre os trunfos sociais dos atores analisados, se categorizou como *indefinido*.

Para as categorias dos trunfos, são necessárias explicações mais extensas sobre o critério de classificação em cada um. *Eletivo*, foi atribuído às pessoas com reconhecida e consolidada carreira política, derivado da ocupação de mandatos eletivos. *Familiar*, foi o trunfo imputado aos indivíduos que possuem relações familiares com destaque no campo político. *Social*, tange àquelas identificações dadas através das atuações em movimentos sociais, militância em partidos políticos ou ocupações profissionais que gerem engajamento social⁶. *Estatual*, foi a classificação concedida aos casos que possuem identificação em decorrência de cargos na burocracia estatal⁷. *Empresarial*, foi atribuído à indivíduos que possuem atividades econômicas empresariais em suas declarações de bens entregues ao TSE. E, por último, o trunfo *eletivo-empresarial*, foi uma agregação conferida aos casos na qual o capital eletivo e empresarial estão presentes nas trajetórias, e não há uma preponderância na

⁶ Por exemplo, atuações em causas sociais, representação associadas a classes, trabalhos vinculados à mídia e comunicação, religiões etc.

⁷ Tal como magistrados, promotores, secretários e ministros de Estado etc.

Quadro 1 - Descrição e fonte de dados das variáveis mobilizadas pelo estudo

Nome da variável	Descrição	Categorias	Fonte da coleta
Posição na chapa senatorial	Classificação conforme a posição ocupada pelo sujeito na chapa eleita ao Senado Federal em 2018.	Titulares; 1° suplentes; 2° suplentes	TSE
Trunfos sociais	Categorização por meio de prosopografia com base nos capitais <i>preponderantes</i> nas trajetórias sociais dos atores analisados.	Eletivo; Familiar; Social; Estatal; Empresarial; Eletivo-empresarial; Indefinido	TSE; notícias online; sites empresariais; entrevistas e blogs
Capital político	Mensuração do reconhecimento de carreira política através do número de cargos acumulados na carreira até 2018.	Variável numérica	TSE
Capital econômico	Mensuração do patrimônio econômico declarado pelos candidatos à Justiça Eleitoral na candidatura em 2018.	Variável numérica	TSE

Fonte: elaborado pelos autores com base em TSE, 2018.

forma em que essas pessoas são apresentadas e reconhecidas no campo político.

Para a análise dos dados, utilizamos duas técnicas estatísticas bivariadas. A primeira foi a Análise de Correspondência (Anacor) para o cruzamento entre duas variáveis categóricas (posição na chapa senatorial x trunfos sociais). A técnica é bastante difundida na Sociologia francesa, onde ganhou notoriedade através dos estudos de Pierre Bourdieu e autores que o sucederam (Lebaron, 2010; Roux & Rouanet, 2010; Blasius et al., 2019). Essa ferramenta permite construir uma representação gráfica das relações entre posições e recursos sociais (Lebaron, 2010; Bertonecelo, 2022), com o objetivo de demonstrar a estrutura de um campo social através das oposições presentes nos espaços sociais (Blasius et al., 2019).

A Anacor faz uso de uma medida de associação (*chi-square test*) por meio de uma tabela de contingência que cruza os dados, neste caso, das posições nas chapas eleitas ao Senado Federal com os trunfos sociais (ver Anexo I). A partir disso, as categorias presentes na análise recebem valores chamados de inércia (ver Anexo I e II), que indicam quais categorias são mais representativas de cada variável (Fávero & Belfiore, 2015).

A segunda ferramenta de análise envolve a comparação entre o capital político e econômico dos titulares e suplentes examinados. Para realizar estas análises, utilizamos o teste de *Kruskal-Wallis*. O teste de *Kruskal-Wallis* é uma técnica estatística não-paramétrica usada para comparar três ou mais grupos independentes. Dessa forma, é possível comparar se um grupo se sobressai estatisticamente em relação ao outro (ver Anexos V e VII). Para explorar essa análise realizamos o teste *post hoc* para *Kruskal-Wallis*. Esse teste compara por meio do método de *Bonferroni* cada par (*pairwise*) de grupos para identificar especificamente onde as diferenças significativas residem na comparação entre cargos nas chapas e os capitais políticos e econômicos.

IV. Análises e discussões dos resultados

IV.1. Posições nas chapas e trunfos sociais: análise descritiva

Para verificarmos a distribuição dos trunfos sociais de acordo com a posição ocupada na chapa para o Senado Federal, observamos, na Tabela 2, as porcentagens que preponderam em trajetórias de titulares e suplentes, atentando para quais recursos estão mais ou menos presentes conforme o posto aposado.

A contagem total demonstra o predomínio do eletivo, empresarial e social entre senadores e suplentes eleitos em 2018. As distribuições destes capitais em relação às posições nas chapas senatoriais indicam que entre os titulares está a maior taxa de carreiristas da política, onde se observa o trunfo eletivo com 48,1% dos casos. Porém, destacamos a porcentagem amplamente maior de senadores que possuem reconhecimento eletivo-empresarial associados as suas trajetórias, com 35,2%.

Assim como nos titulares, 1º suplentes contam com uma maioria de políticos de carreira, que representam 40,7% destes casos. Em contrapartida, observamos que o trunfo empresarial aparece com 20,4%, sendo o segundo recurso mais atribuído às trajetórias dos 1º suplentes. Motivo de críticas em relação a

Tabela 2 - Frequência de trunfos sociais por posição ocupada na chapa senatorial em 2018

Posição na chapa	Trunfos sociais						
	Eletivo	Familiar	Social	Estatal	Empresarial	Eletivo-empresarial	Indefinidos
Titular	48,1%	0,0%	11,1%	0,0%	5,6%	35,2%	0,0%
1º Suplente	40,7%	11,1%	7,4%	11,1%	20,4%	5,6%	3,7%
2º Suplente	25,9%	7,4%	27,8%	9,3%	14,8%	3,7%	11,1%
Total	38,3%	6,2%	15,4%	6,8%	13,6%	14,8%	4,9%

Fonte: elaborado pelos autores com base em TSE, 2018.

suplência, suplentes com laços familiares na política compõe 11,1% do grupo de 1º suplentes, o que empata com a porcentagem daqueles com trajetórias em cargos da burocracia estatal.

Já os 2º suplentes propiciam a maior distinção entre as características observadas, onde o trunfo social prevalece, com 27,8%, seguido pelo eletivo, com 25,9% dos casos. O capital empresarial também ocupa um espaço importante nesta posição da chapa (14,8%), porém, chama a atenção os 11,1% de casos em que não se pode definir o capital na trajetória dessas pessoas, indicando que seriam indivíduos com um grau de “anonimato” para a política.

A principal divergência de perfil entre titulares e suplentes está na ausência de indivíduos com eletivo-empresarial agregados, havendo maior heterogeneidade de capitais nas trajetórias dos suplentes analisados. Acrescentamos que o familiar ocorre em maior quantidade entre aqueles que ocupam a 1º suplência, enquanto os 2º suplentes possuem o trunfo social elevado em relação aos demais cargos.

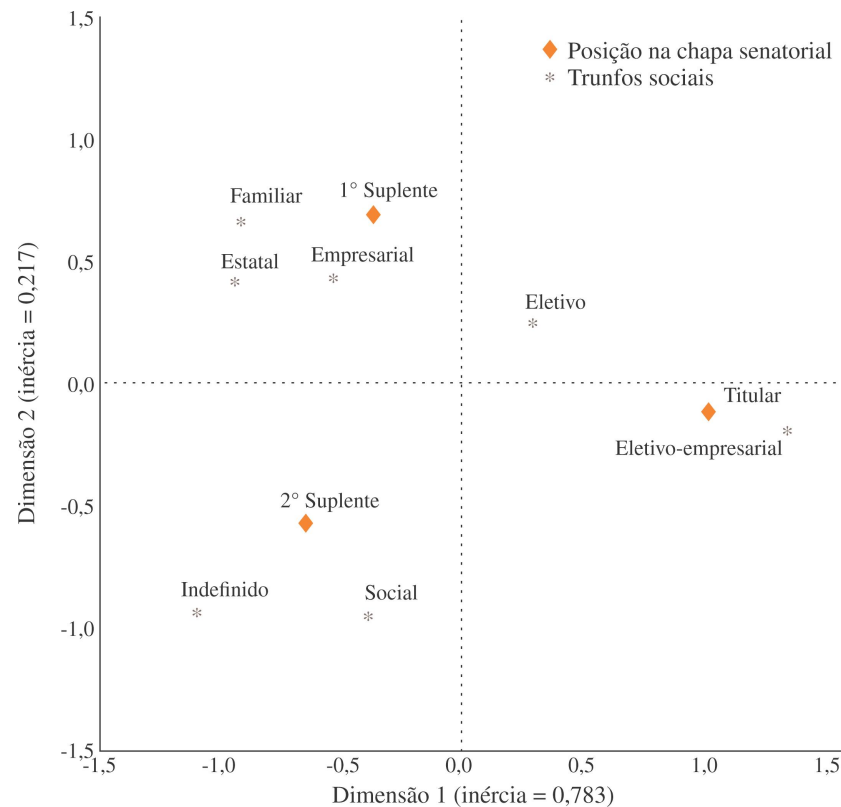
Nesse sentido, o acúmulo de cargos eletivos ao longo da carreira política constitui o principal trunfo dos casos analisados, ou seja, já estar inserido no campo político é um recurso de distinção diante dos demais concorrentes para a formação dessas chapas. Entretanto, mesmo que esse seja o principal trunfo, elementos externos à política são considerados legítimos, como os familiares, sociais, estatais e empresariais, sinalizando que esse espaço não é fechado sobre si mesmo. Inclusive, o trunfo empresarial foi encontrado combinado com o eletivo, admitindo, assim, a possibilidade de múltiplos posicionamentos desses casos a partir da combinação de uma posição dentro do campo político, simultânea à atuação empresarial. Na próxima subseção dos resultados, exibimos o mapa perceptual da Anacor.

IV.2. Posições nas chapas senatoriais e trunfos sociais: mapa perceptual

A Análise de Correspondência torna visível as multiposições que configuram os cargos das chapas senatoriais. A técnica viabiliza observar as aproximações e oposições entre diferentes trunfos sociais, o que representa analisar a composição dos recursos presentes no espaço político investigado.

Na [Figura 1](#), exibimos o mapa perceptual da análise. Para a compreensão dessas informações, é importante saber que quanto maior a aproximação entre posições ocupadas nas chapas e trunfos (exemplo: “1º suplente” próximo de “empresário”), maior é o indicador de *associação estatística* entre as categorias. O centro do gráfico (onde os eixos X e Y se cruzam), serve como ponto de referência para aquelas informações mais compartilhadas entre os grupos e que não possibilitam inferir com exatidão a associação da categoria, assim

Figura 1 - Mapa perceptual da Análise de Correspondência entre trunfos sociais e posição na chapa eleita ao Senado Federal em 2018



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

como aquelas mais distantes do centro apresentam frequências menores na análise.

Atentamos que as posições nas chapas ocupam espaços (quadrantes) diferentes no mapa, o que significa ser possível contrastar essas categorias. Em decorrência de todos os cargos possuírem frequência igual na análise, eles obtiveram o mesmo peso (massa) na equação (ver [Anexo II](#)), o que nos leva a perceber que “Titular”, “1º Suplente” e “2º Suplente” possuem distâncias idênticas em relação ao centro do mapa. Sobre os trunfos (ver [Anexo III](#)), determinadas categorias compartilham os mesmos quadrantes, o que demonstra a associação entre eles em relação aos cargos nas chapas senatoriais.

O mapa perceptual auxilia na confirmação da associação entre senadores e o trunfo eletivo-empresarial, sendo esse o principal destaque sobre os protagonistas do Senado. Esse achado indica que há uma relativa ingenuidade por parte de quem observa a relação entre senadores e suplentes quando compreendem os cabeças de chapa como únicos detentores de experiência política. O que essa análise permite observar é que estamos diante de uma elite política que para além da carreira eletiva possui um alto reconhecimento no universo empresarial, coexistindo os dois capitais em suas trajetórias, o que corresponde a fatores de multiposicionalidades desses que ocupam o senado.

O trunfo eletivo aproximado do centro do mapa traduz a frequência apresentada na [Tabela 1](#) de senadores e suplentes, onde não há uma associação plena com algum dos cargos das chapas senatoriais, o que configura a centralidade desse trunfo nos dados analisados. Isso expressa possíveis traços de

profissionalização política no país, resultado da competitividade e do número de indivíduos que se declaram políticos profissionais. Esse achado vai de encontro com a noção de que a experiência eletiva estava concentrada nos titulares, e que a suplência era espaço para “outsiders”, não sendo uma escolha de carreira desejada por indivíduos com carreira na política (Neiva & Izumi, 2012). Vale destacar a aproximação maior deste trunfo com titulares e 1º suplentes, apontando para uma espécie de hierarquia entre as categorias de suplentes no que corresponde a *expertise* política, onde indivíduos que acumulam baixo ou nenhum capital eletivo são alocados na 2º suplência das chapas.

A associação entre 1º suplentes e o trunfo empresarial fortalece os achados anteriores de Neiva & Izumi (2012) e Araújo (2018). O trunfo familiar corrobora com as impressões costumeiramente vinculadas aos indivíduos posicionados no cargo, havendo espaço de alocação na chapa para pessoas que possuem vínculo familiar com políticos⁸. A associação do cargo com o trunfo estatal, recurso importante na compreensão da elite senatorial do país (Codato et al., 2016; Massimo, 2018), junto a inexistência desse capital entre os senadores, expressa a diferença em relação ao retrato histórico dessa classe política, onde pessoas ligadas à burocracia estatal eram predominantes no primeiro escalão do Senado. O fato desse recurso estar concentrado nas suplências desperta a atenção e sugere um processo de mudança nesse espaço e que carece de uma investigação ampliada.

Por último, exploramos a associação entre 2º suplentes e o trunfo social, o qual representa indivíduos que possuem reconhecido engajamento em setores sociais, por exemplo, a atuação em movimentos sociais, causas sociais diversas ou militância partidária. A alocação de pessoas com este capital esteve concentrada no posto de menor relevância, e consequentemente, com menores possibilidades de assumir titularidade. Quando relacionamos o trunfo social com aqueles classificados como indefinidos, ou seja, indivíduos com elevado grau de anonimato político, os dados sugerem que esta posição seja, de fato, um espaço para acomodações eleitorais de menor impacto político e com determinado grau de casualidade no momento da coligação e respectiva montagem da chapa.

Em suma, encontramos indicadores de combinações estratégicas de aliança eleitoral na composição das chapas para o Senado Federal. Isso quer dizer que, existe uma mescla de características sociopolíticas entre Titulares, 1º e 2º suplentes. Identificamos que não há, por completo, a inexistência de indivíduos com carreira política nos cargos de suplência. Ocorre que em maior parte são atores políticos com trunfos alternativos ao eletivo, como o caso de empresários e agentes estatais na 1º suplência e pessoas com capital social ou até mesmo anônimas na 2º suplência.

Esses apontamentos reforçam o que foi colocado anteriormente: a entrada e manutenção de uma posição dentro do campo político está relacionada, principalmente, com a posse de trunfos eletivos, ou seja, a ocupação prévia de cargos eletivos, indicando uma carreira política. O trunfo eletivo pode ser encontrado preponderantemente nos Titulares das chapas, mas também ocorre entre os suplentes. Contudo, é possível evidenciar nas três posições da chapa, uma relação com outros trunfos, inclusive externos à política, sendo mais frequentes na 2ª suplência (trunfo social) e na 1ª suplência (trunfo empresarial, estatal e familiar).

No caso dos titulares, ocorre uma combinação entre o trunfo eletivo e o trunfo empresarial, mesmo que haja indícios de uma carreira política, isso não impede a ocupação simultânea de outras posições sociais em campos dife-

⁸ Em nossa análise não necessariamente são vínculos familiares com os titulares da chapa.

rentes do político, neste caso o campo empresarial. Ou seja, ocupar uma posição política não significa o abandono de outras posições sociais anteriores, ou mesmo a impossibilidade de diversificação de recursos a partir dessa posição. A atuação no campo econômico em muito vem se diversificando, com formas de obtenção de lucros sem a necessidade de uma participação direta na gestão de empresas, podendo ser combinadas com a prática política.

Ao relacionar estudos anteriores sobre suplentes com o apresentado nesta pesquisa, entendemos que a compreensão sobre senadores e suplentes permanece, principalmente, no âmbito de dois capitais tradicionais quando discutimos elites parlamentares: capital político e capital econômico. Para avançar nessa investigação, a próxima subseção das análises realiza dois testes de hipóteses para examinar, afinal, se existe maior concentração de capital político e econômico pertencente as posições estabelecidas nas chapas ao Senado.

IV.3. *Quem detém o capital? Testes de hipóteses*

Medir diferenças no controle do capital político e econômico fornece novas evidências para refletirmos se tratamos de uma anomalia no sistema político que produz distinções absolutas nas características dos representantes eleitos ao Senado Federal, ou, se na realidade, são contrastes individuais e que não podem ser ampliados para o grupo inteiro de senadores e suplentes eleitos. São esses indicadores que podem nos levar a ponderar sobre o postulado acerca dessas alianças, onde na “cabeça” da chapa estão os detentores do capital político e na suplência aqueles com elevado poder econômico, por vezes sugeridos como financiadores da campanha do senador.

No primeiro teste de hipótese, tratamos do capital político dos titulares e suplentes. A partir do apresentado por [Neiva & Izumi \(2012\)](#) e [Araújo \(2018\)](#), verificamos se: *titulares das chapas eleitas ao Senado Federal em 2018 possuem maior capital político que os suplentes*.

A análise demonstrou que *há diferença significativa entre o capital político dos titulares das chapas em relação aos suplentes*. Constatamos que os titulares possuem maiores experiências em cargos eletivos que 1º e 2º suplentes (ver [Anexo IV](#)). Senadores possuem média de 3,8 cargos eletivos acumulados em suas carreiras, enquanto 1º e 2º suplentes atingem respectivamente média de 1,2 e 0,6 em suas trajetórias. Ao compararmos os suplentes, notamos que não existem diferenças expressivas em termos de capital político. Quando observamos o gráfico do teste de hipótese (ver [Anexo V](#)), percebemos com maior nitidez as diferenças entre o capital político e os cargos ocupados.

Ao encontro dos estudos sobre o Senado Federal ([Codato et al., 2016](#); [Perissinotto et al., 2017](#)) consideramos os senadores como atores políticos detentores do trunfo que viabiliza a alta posição que ocupam na política brasileira. Logo, concordamos com [Neiva & Izumi \(2012\)](#), na qual apontam para a disparidade de carreira política entre titulares e suplentes. Somente acrescentamos que não há esvaziamento de experiência eletiva na suplência, e que existe uma comedida graduação em termos de capital político entre os cargos de suplentes, onde os 1º suplentes se sobressaem em relação aos 2º suplentes.

Por fim, o segundo teste de hipótese é relativo ao capital econômico dominado por senadores e suplentes. Da mesma forma que o capital político, utilizamos como embasamento estudos anteriores ([Neiva & Izumi, 2012](#); [Araújo, 2018](#)) e informações circuladas na mídia a respeito dos suplentes, em especial,

aqueles que ocupam a 1º suplência. Assim sendo, conferimos se: *1º suplentes das chapas eleitas ao Senado Federal em 2018 possuem maior capital econômico que os titulares.*

Ao contrário das expectativas, a comparação entre o capital econômico dos 1º suplentes e titulares não apresentaram diferenças significativas, ou seja, estão em patamares semelhantes (ver [Anexo VI](#)). Contudo, quando comparamos 2º suplentes com os demais cargos da chapa, notamos que há diferença significativa em termos de capital econômico, onde esses apresentam os menores patrimônios declarados. Com isso, cogitamos duas explicações para as divergências da nossa análise com o que costumeiramente é veiculado sobre o assunto.

A primeira é em relação ao grupo de parlamentares eleitos em 2018, na qual podem apresentar diferenças expressivas com parlamentares eleitos em outros anos. Porém, acreditamos que a discrepância possa residir em equívocos de análises publicadas em veículos de comunicação ([Suplentes mais ricos, 2018](#)). Isso decorre da utilização do cálculo da média de patrimônio dos titulares e suplentes, o que acaba sendo contaminado pelos chamados *outliers*, ou seja, indivíduos que fogem da tendência central dos dados, mas não são representativos do grupo.

A maneira ideal de realizar esse tipo de levantamento é através da mediana, estratégia estatística empregada por nós. Quando observamos esses valores, notamos que a tendência central de patrimônio dos senadores é de aproximadamente R\$ 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais), enquanto entre os 1º suplentes é de R\$ 1.880.000 (um milhão e oitocentos e oitenta mil reais), o que não resulta em diferenças significativas. Já os 2º suplentes apresentam um patrimônio declarado na margem de R\$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais), algo bem abaixo da realidade dos outros dois cargos (ver [Anexo VII](#)).

Frente ao resultado obtido com essa análise, rejeitamos a suposição de que exista uma diferença profunda no capital econômico conduzido por titulares e 1º suplentes. Em síntese, percebemos que os senadores analisados dispõem de recursos econômicos em patamares semelhantes aos seus substitutos imediatos, o que enfraquece, até certo grau, a convicção de se tratar de elites detentoras de capitais completamente opostos, além de enfraquecer a opinião firmada em que os titulares seriam “reféns” do capital econômico dos suplentes. Já acerca dos 2º suplentes, reparamos que se trata de pessoas, no geral, com capitais políticos e econômicos bem abaixo dos titulares, mas também abaixo dos 1º suplentes.

Por fim, esses dados apontam que os senadores eleitos em 2018 concentram alto grau de capital político, sendo esse o seu principal recurso de diferenciação para os demais membros da chapa. Os suplentes, por sua vez, não deixam de possuir capital político, mas em grau muito menor, comparativamente, e acabam usando de outros recursos sociais, muitas vezes externos à política. Enquanto a lógica dos titulares é a combinação desse capital político com o capital econômico, ou seja, acabam concentrando dois recursos de poder altamente valorizados de distinção simbólica e material, com patrimônios acima de R\$1 milhão de reais em média. Assim, mesmo existindo a centralidade do capital político, foi possível identificar a diversificação e/ou combinação com outros trunfos sociais e, especificamente neste caso, com o capital econômico.

V. Considerações finais

O estudo trouxe uma análise relacional entre as posições das chapas eleitas ao Senado Federal em 2018 e os trunfos sociais presentes nas trajetórias da classe política investigada. Evidenciamos que os senadores eleitos estão além do capital político que, por óbvio, é preponderante nesses indivíduos, mas também possuem reconhecida atuação no campo empresarial, agregando trunfos eletivos e empresariais ao modo em que se identificam e são reconhecidos no campo político, abrindo espaço para considerar a multiposicionalidade e a diversificação de recursos sociais de nossa elite política.

Com relação aos suplentes, é necessário diferenciá-los. Os 1º suplentes, substitutos imediatos dos titulares, possuem trunfos sociais aproximados daqueles averiguados por estudos anteriores e que são frequentemente apontados de maneira crítica na mídia. Entretanto, observamos que a maioria é detentora do trunfo eletivo como parte de suas trajetórias, o que impede de dissociarmos por completo essa função política de atores que possuam carreira eletiva e algum grau de reconhecimento pela atividade.

Ao examinar os recursos sociais dos 2º suplentes, é notório se tratar de uma realidade distinta, onde esses estão associados com atividades auxiliares da política eletiva (trunfo social), que não alcançam status suficiente para disputar uma eleição dessa magnitude como cabeças de chapa. O indício que confere ser essa posição um espaço para pessoas com maior grau de anonimato, é a associação com a categoria de indefinidos, que remete a escolhas fortuitas e informalidades no processo de recrutamento de quem ocupará a 2º suplência da chapa.

As análises dos capitais político e econômico dos três cargos permitiu afirmar que existem diferenças em termo de capital político entre senadores e aqueles que ocupam a suplência. Da mesma forma, é possível notar que há uma gradação de experiência política entre 1º e 2º suplentes. Apesar da disparidade de capital político, nos confrontamos com parcelas de indivíduos com carreira eletiva nos cargos de suplência, contrariando algumas concepções já apresentadas.

Quanto ao capital econômico, inferimos que não existem diferenças rigorosas entre o patrimônio dos 1º suplentes e senadores. Essa evidência contraria diversas suposições que ganham circulação e reverberam na opinião pública. Existem 1º e 2º suplentes com declarações absolutamente acima da tendência central dos demais indivíduos, o que pode inflar as médias dos grupos. Ademais, o que identificamos foi que os 2º suplentes possuem distinções significativas em relação às outras posições de chapa, o que corrobora com o conjecturado sobre se tratar de pessoas anônimas e com maior afastamento do padrão de elite política tradicional do Senado Federal.

Dessa forma, duas questões principais relacionadas com as discussões teórico-metodológicas apresentadas neste estudo devem ser retomadas. A primeira, refere-se aos trunfos disponíveis e mobilizados para cada posição na chapa, que não ficam restritos ao campo político, e apontam para características específicas do titular, 1º suplente e 2º suplente, ou seja, foi possível demonstrar uma relação entre os trunfos detidos e o cargo ocupado, confirmando a *h1*. A segunda, é a existência da multiposicionalidade, identificada pela combinação do capital econômico conjuntamente com o político, nesse sentido, os agentes partem de uma estratégia de diversificação dos seus recursos, especialmente os titulares das chapas, não ficando vinculados somente a ativi-

dade política, no melhor sentido de “mudar para conservar”, o que confirma a *h2* da investigação.

Através das análises que reunimos, algumas reflexões sobre o mecanismo de suplência no Senado Federal merecem ser compartilhadas. As anormalidades que causam estranheza na opinião pública, tal como familiares diretos, alianças casuais por proximidade, assim como financiadores que investem na campanha dos titulares causam distorções na qualidade representativa. Não resta dúvida que a formação de uma chapa, seja ao Senado Federal ou cargos do poder Executivo, sirva como espaço para mesclas e agregações de perfis políticos distintos na tentativa de alcançar parcelas mais elevadas do eleitorado. O prejudicial são alianças controversas, que expõem a representação política a uma justa desconfiança acerca dos valores e da capacidade responsiva da sua classe. Tais distorções da representação devem exigir dos legisladores discussões para possíveis aperfeiçoamentos e contenção dos motivos críticos da suplência senatorial.

Ao considerar as críticas existentes à suplência de senador e ao agregar os resultados deste estudo ao perfil desses atores políticos, é possível afirmar que há uma potencial distorção da representação democrática decorrente deste mecanismo de substituição. Isso causa certa desvalorização do voto do eleitor, uma vez que eles estão sujeitos à entrada de substitutos desconhecidos ou com origens sociais diferentes daquelas dos senadores eleitos. Uma vez que os suplentes não são objeto de atenção primária dos eleitores, uma reforma política com o objetivo de repensar o instituto da suplência senatorial no Brasil seria algo positivo para a qualidade da representação democrática. Modelos alternativos de substituição, como, por exemplo, eleições suplementares ponderadas pelo tempo de vacância do cargo e mandatos temporários até que chegue à data da eleição subsequente (gerais ou municipais), somada à possibilidade de o deputado federal ou até mesmo o segundo colocado no pleito para senador na eleição anterior assumir provisoriamente, eliminariam o iminente risco de um desconhecido do eleitor assumir o cargo, além de reduzir a falta de legitimidade desses substitutos.

Ao menos duas limitações da pesquisa merecem destaque. A primeira é relacionada ao recorte analítico de uma eleição, o que não permite um panorama longitudinal, que possibilitaria mapear transformações nas estratégias de seleção e formação de chapas, além de verificar padrões encontrados para um maior número de casos. A segunda limitação e potencialidade de estudo futuro, são as análises voltadas ao perfil sociopolítico desses atores e propriamente as mesclagens de características entre titulares e suplentes, o que viria a responder novas indagações sobre essas alianças.

Nilton Garcia Sainz (sainznilton@gmail.com), pesquisador do INCT-ReDem, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Icaro Gabriel da Fonseca Engler (icaro.engler@ufv.br), professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Referências

- Araújo, P. (2018) Perfis e trajetórias de parlamentares titulares e suplentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 27(1), pp. 106-139. DOI
- Badie, B. & Hermet, G. (2001) *La politique comparée*. Paris: Dalloz.
- Bertoncello, E. (2022) *Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas: aplicações nas ciências sociais*. Brasília: Enap.

- Blasius, J., Lebaron, F., Roux, B. & Schmitz, A. (2019) *Empirical investigations of social space*. Cham: Springer. DOI
- Boltanski, L. (1983) L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue française de sociologie*, 14(1), pp. 3-26. DOI
- Bourdieu, P. (1989) *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (2010) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Codato, A., Costa, L., Massimo, L. & Heinz, F. (2016) Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois das ditaduras. *Revista de Sociologia e Política*, 24(60), pp. 47-68. DOI
- Costa, L.D. (2010) *Composição sócio-ocupacional dos senadores brasileiros: testando algumas hipóteses sobre o Congresso Nacional (1987-2007)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, L. & Codato, A. (2013) Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: A. Marengo (orgs) *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 107-134. DOI
- Dantas, H. & Teixeira, M. (2014) E o problema é o suplente de Senador? In: H. Dantas, J. Toledo & M. Teixeira (orgs) *Análise política e jornalismo de dados: ensaios a partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 203-217.
- Fávero, L. & Belfiore, P. (2015) *Análise de dados: técnicas multivariadas exploratórias com SPSS e Stata*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Irmão, pastores e militares: os suplentes dos senadores eleitos (2022) *UOL*, 11 de maio. Disponível em: <<https://bit.ly/3MrV4r>>. Acesso em: 12 de dez. 2022.
- Izumi, M. (2013) *Os determinantes do comportamento parlamentar no Senado Brasileiro (1989-2010)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Lebaron, F. (2010) L'analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique: le cas de la sociologie de Bourdieu. *Revue Modula*, (42), pp. 102-109.
- Massimo, L. (2018) *A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a estrutura da carreira política dos senadores na Primeira República*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Neiva, P. (2015) Suplente de senadores: representatividade e governabilidade. In: M. Ianoni (orgs) *Reforma política democrática: temas, atores e desafios*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 239-251.
- Neiva, P. & Izumi, M. (2012) Os "doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), pp. 171-192. DOI
- Neiva, P. & Izumi, M. (2012) Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os senadores suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo. *Opinião Pública*, 18(1), pp. 1-21. DOI
- Neiva, P. & Izumi, M. (2014) Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), pp. 165-188. DOI
- Neiva, P. (2010) Senado brasileiro Um conselho de anciãos? *Revista de Informação Legislativa*, (187), pp. 269-280.
- Neiva, P. & Soares, M. (2013) Senado Brasileiro: casa federativa ou partidária? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(81), pp. 97-115. DOI
- Offerlé, M. (1999) *La profession politique - XIXe.-XXe. siècles*. Paris: Belin.
- Perissinotto, R., Massimo, L. & Costa, L. (2017) Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, 60(1), pp. 79-110. DOI
- Políticos levam irmãos, filhos, mulher e até mãe como suplentes em chapas para o Senado (2018) *GI*, 27 de out. Disponível em: <<http://glo.bo/3yVm7Cq>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.
- Roux, B. Le & Rouanet, H. (2010) *Multiple correspondence analysis*. London: Sage Publications. DOI
- Saint-Martin, M. (2008) Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. *Tomo*, (13), pp. 43-73.
- Santos, A. (2010) Suplência de senador. *Paraná Eleitoral*, (73), pp. 77-94.
- Suplentes já são 20% do Senado - e há quem pague alto para entrar em chapa (2022) *Veja*, 21 de out. Disponível em: <<https://bit.ly/3X4cZDe>>. Acesso em: 30 de out. 2022.
- Suplentes mais ricos que candidatos a senador (2018) *Poder 360*, 10 de set. Disponível em: <<https://bit.ly/4dKz15a>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

Strangers in the nest? Profiles and careers of incumbent and substitute Senators in the Brazilian Federal Senate

Keywords: senators, substitute senators, political capital, economic capital, legislature.

ABSTRACT Introduction: The selection mechanism for substitute senatorial candidates in Brazil is highly controversial. According to common perception, the opaque process of forming senatorial tickets, coupled with the profound social and political differences between incumbents and substitutes, can distort political representation through the substitution mechanism. This article examines the disparities in social assets and political and economic capital among those who make up the senatorial tickets. **Materials and methods:** We analyzed the 162 senators and substitute senators elected in Brazil in 2018. Using data from the Superior Electoral Court, we compiled a database detailing the profiles and social and political resources of the 54 senators and their first and second substitutes (108 individuals). We examined the data using Correspondence Analysis and hypothesis tests for mean differences. **Results:** Senators possess both political influence (political capital) and economic resources (economic capital). In turn, first substitutes are typically entrepreneurs, individuals with family ties to politicians, and state bureaucrats. Second substitutes exhibit greater diversity in their socio-political profiles, including individuals connected to party activism or social movements, as well as a notable number of political unknowns. **Discussion:** Our findings challenge some established notions in the literature and public opinion about the profiles of substitute senators in Brazil. Our evidence contradicts the belief that substitutes are fundamentally different political actors compared to incumbents. We also demonstrate that senators and first substitutes share important similarities in their declared possessions, with both holding substantial economic capital. However, in terms of political capital, second substitutes have significantly fewer political resources than first substitutes, who, in turn, have fewer resources than incumbent senators.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Anexos

Anexo I – Resume as principais métricas obtidas na aplicação da ANACOR, técnica de estatística multivariada que visa identificar associações entre categorias de variáveis qualitativas.

Anexo II – Sintetiza as estatísticas de massa, inércia e contribuições das categorias referentes à posição na chapa senatorial no modelo de Análise de Correspondência Simples. Isso passa pelo peso de cada categoria na análise, até as contribuições que elas representam em cada dimensão.

Anexo III – Sintetiza as estatísticas de massa, inércia e contribuições das categorias referentes aos trunfos sociais no modelo de Análise de Correspondência Simples. Isso passa pelo peso de cada categoria na análise, até as contribuições que elas representam em cada dimensão.

Anexo IV – Apresenta as comparações entre as posições na chapa senatorial em termos de capital político, utilizando o método *pairwise* ajustado pela correção de Bonferroni.

Anexo V – O gráfico *boxplot* exhibe a distribuição do capital político em relação às posições na chapa senatorial, destacando a mediana, a dispersão e a presença de *outliers*.

Anexo VI – Apresenta as comparações entre as posições na chapa senatorial em termos de capital econômico, utilizando o método *pairwise* ajustado pela correção de Bonferroni.

Anexo VII – O gráfico *boxplot* exhibe a distribuição do capital econômico em relação às posições na chapa senatorial, destacando a mediana, a dispersão e a presença de *outliers*.

Anexo I - Sumarização do modelo de Análise de Correspondência Simples

Dimensão	Valor singular	Inércia	Qui-quadrado	p value.	Proporção de inércia		Valor singular de confiança	
					Contabilizado para	Cumulativo	Desvio padrão	Correlação 2
1	0,526	0,277			0,783	0,783	0,056	0,086
2	0,277	0,077			0,217	1,000	0,077	
Total		0,354	57,294	0,000 ^a	1,000	1,000		

^a12 graus de liberdade.

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Anexo II - Estatísticas de massa e contribuição da variável Posição na chapa senatorial no modelo de Análise de Correspondência Simples

Posição na chapa senatorial	Massa	Escore em dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto		
					1	2	1	2	Total
1º Suplente	0,333	-0,369	0,695	0,068	0,086	0,581	0,348	0,652	1,000
2º Suplente	0,333	-0,645	-0,579	0,104	0,263	0,403	0,702	0,298	1,000
Titular	0,333	1,013	-0,116	0,181	0,651	0,016	0,993	0,007	1,000
Total ativo	1,000			0,354	1,000	1,000			

Nota: normalização simétrica.

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Anexo III - Estatísticas de massa e contribuição da variável trunfos sociais no modelo de Análise de Correspondência Simples

Trunfos sociais	Massa	Escore em dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto		
					1	2	1	2	Total
Eletivo	0,383	0,282	0,243	0,022	0,058	0,081	0,720	0,280	1,000
Familiar	0,062	-0,910	0,668	0,035	0,097	0,100	0,779	0,221	1,000
Social	0,154	-0,385	-0,953	0,051	0,043	0,506	0,237	0,763	1,000
Estatat	0,068	-0,939	0,418	0,035	0,114	0,043	0,906	0,094	1,000
Empresarial	0,136	-0,533	0,437	0,027	0,073	0,094	0,739	0,261	1,000
Eletivo-empresarial	0,148	1,335	-0,191	0,140	0,502	0,020	0,989	0,011	1,000
Indefinido	0,049	-1,094	-0,940	0,043	0,112	0,158	0,720	0,280	1,000
Total ativo	1,000			0,354	1,000	1,000			

Nota: normalização simétrica.

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Anexo IV - Comparações por método pairwise de posição na chapa senatorial e capital político entre titulares e suplentes eleitos em 2018 para o Senado Federal

Comparação entre grupos	Estatística do teste	Erro Padrão	Estatística do teste Padrão	p value.	Adj. Sig. ^a
2° Suplente-1° Suplente	14,056	8,530	1,648	0,099	0,298
2° Suplente-Titular	-57,139	8,530	-6,699	0,000	0,000
1° Suplente-Titular	-43,083	8,530	-5,051	0,000	0,000

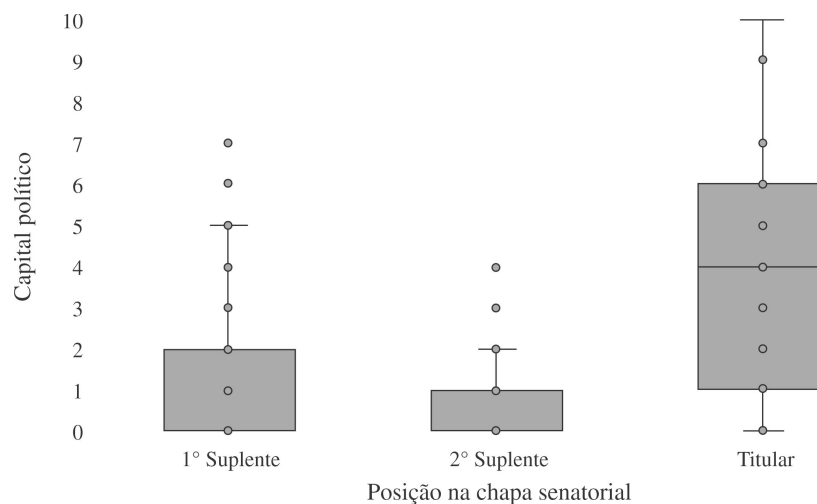
^aNota: os valores de significância foram ajustados pela correção Bonferroni para vários testes.

Cada linha testa a hipótese nula em que as distribuições são iguais.

As significâncias assintóticas (teste de dois lados) são exibidas. O nível de significância é 0,05.

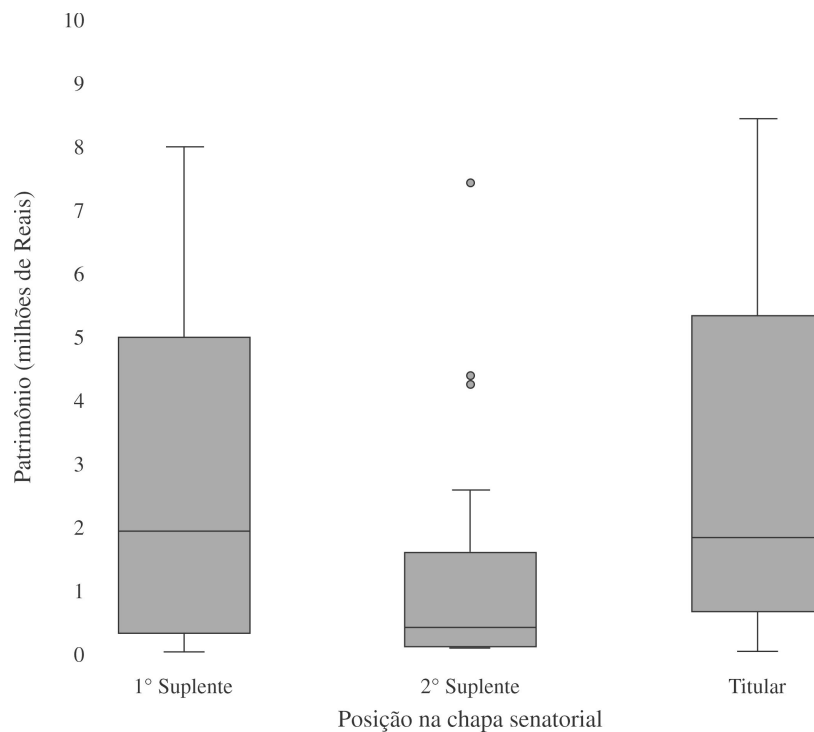
Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Anexo V - Gráfico *Boxplot* com as amostras independentes do teste de *Kruskal-Wallis* posição na chapa senatorial e capital político



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Anexo VII - Gráfico *Boxplot* com as amostras independentes do teste de *Kruskal-Wallis* para posição na chapa senatorial e capital econômico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Anexo VI - Comparações por método pairwise de posição na chapa senatorial e capital econômico entre titulares e suplentes eleitos em 2018 para o Senado Federal

Comparação entre grupos	Estatística do teste	Erro Padrão	Estatística do teste padrão	p value.	Adj. Sig. ^a
2º Suplente-1º Suplente	31,843	9,025	3,528	0,000	0,001
2º Suplente-Titular	-35,769	9,025	-3,963	0,000	0,000
1º Suplente-Titular	-3,926	9,025	-0,435	0,664	1,000

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observações: ^a Os valores de significância foram ajustados pela correção Bonferroni para vários testes.

Cada linha testa a hipótese nula em que as distribuições são iguais.

As significâncias assintóticas (teste de dois lados) são exibidas. O nível de significância é 0,05.

Executive summary

Research context

The legal provision allowing senators to be replaced by substitutes before the end of their term is widely criticized by Brazilian public opinion. It is commonly believed that substitute senators often have significantly different profiles from incumbents, with first substitutes thought to possess more economic capital and less political experience. This is seen as further evidence of dysfunction in the representational capacity of the Brazilian National Congress.

Existing evidence

Two major theses stand out among the few available studies on substitute senators. [Neiva and Izumi \(2012\)](#) found that substitutes differ from incumbents in political experience, with a higher presence of entrepreneurs among substitutes. The authors argue that these differences are harmful to political representation, as substitutes are not directly elected and may lack the same responsiveness to voters. Conversely, [Dantas and Teixeira \(2014\)](#) argued that representation anomalies are not unique to Senate substitutes, as similar discrepancies can occur with other offices, such as vice-chairs, where substitutes may also have highly distinct profiles from incumbents. Furthermore, [Dantas and Teixeira \(2014\)](#) also found that the impact of substitutes on legislative behavior is minimal, as substitutes often vote in line with their party's positions, much like incumbents.

Added value of this study

This study investigated incumbent senators, first substitutes, and second substitutes elected in 2018, focusing on the relationship between, on one hand, the resources or capitals (referred to as “social assets” in the article) held by these individuals and, on the other hand, the positions they occupy on senatorial tickets. Our research found a distinction between the social assets of senators and substitutes, indicating various possible combinations of political, social, and economic attributes on senatorial tickets.

While 83% of incumbent senators possess political-electoral capital or a combination of electoral and economic capital (business-related), only 46% of first substitutes have these same attributes. In fact, first substitutes display a broader range of capitals, including business, family, as well as “state” capital (from public offices held). In the second substitute tier, individuals have notably different profiles: only 29% possess political-electoral capital. This group also includes 11% of political unknowns, i.e., with no socio-political background related to the analyzed capitals, suggesting that the choice for such substitutes might be subject to chance or contingent.

Analytical and practical implications of the findings

The identification of differences in the political experience between senators and substitutes aligns with the existing literature. Political capital varies based on the candidate's position on the ticket, with higher positions associated with greater electoral and political capital. This scenario suggests that we may consider substitute senators as the “unvoted members of the Brazilian legislature”, as they are unknown to a large portion of the electorate, leading to widespread criticism. Such criticisms have sparked debates on the need for political reform to revise the substitution mechanism for senators in case of vacancies. Our study also found that senators and first substitutes have very similar economic resources, challenging many common assumptions about the economic profiles of senatorial candidates. These findings should be taken into account in future discussions about potential reforms to the role of senator substitutes and the substitution mechanism to prevent unknown individuals from assuming the office of Senator through this process.